

NÓS E O MÉXICO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 6 de agosto, 2000.

A sabedoria convencional, de direita ou de esquerda, desenvolvimentista ou globalista, continua a pensar que ser moderno e ser nacionalista são duas atitudes incompatíveis. Ora, não há qualquer conflito entre as duas coisas. O difícil é determinar qual é o interesse nacional. No caso da política comercial brasileira, por exemplo, todos parecem de acordo: estamos certos em resistir tão bravamente às tentativas americanas de formar a ALCA – Associação de Livre Comércio Americana. Ora, nada é mais suspeito do que o saber convencional.

Desde que o presidente Bush propôs, em 1990, a formação de uma zona de livre comércio com a América Latina, o Brasil tem-se oposto à idéia. O foco da resistência tem sido o Ministério das Relações Exteriores. O Itamaraty é formado por um notável corpo de servidores públicos. Bem preparados, competentes, formados na filosofia de defender o interesse nacional – uma filosofia tão ausente de alguns outros setores do governo. Muitos desses diplomatas sentiram-se frustrados com as infinitas transigências que caracterizaram a política econômica brasileira nos últimos dez anos. Em um ponto, entretanto, foram bem sucedidos: em postergar a eventual formação de uma zona de livre comércio nas Américas.

Ao adotarem essa posição estavam seguros de que assim defendiam o interesse nacional do Brasil. Com o passar do tempo, entretanto, fica cada vez mais claro seu equívoco. Embora possa parecer correto opor-se à ALCA, minha convicção pessoal é a de que o oposto é o verdadeiro. O êxito comercial do México, após sua integração na NAFTA, é a melhor demonstração do que estou afirmando. Houve um erro grosseiro na política cambial mexicana, que nada tem a ver com a NAFTA, mas que obscureceu inicialmente esse êxito ao provocar a grave crise de 1994. Mas há quatro anos o México vem crescendo à taxa média de 5,1 por cento. E os dados sobre o crescimento das exportações mexicanas são impressionantes. As exportações mexicanas aumentaram 2,6 vezes entre 1993 (quando somavam 51,9 bilhões de dólares) e 1999, quando atingiram 136,7 bilhões. No mesmo período as exportações brasileiras aumentaram em apenas uns ridículos 24,6 por cento: de 38,6 para 48,0 bilhões de dólares.

O argumento inicial que usou o Brasil durante boa parte dos anos 90 para se opor à integração americana era de que os Estados Unidos, na verdade, não estavam interessados no assunto. Que a proposta de Bush fora feita apenas para aumentar o poder de barganha dos Estados Unidos junto à Europa. Este argumento só foi abandonado quando se tornou óbvia a sua falta de base. O governo Clinton revelou, de forma insistente, seu interesse em levar adiante a negociação. Quando, finalmente, o presidente norte-americano não logrou que seu Congresso aprovasse o *fast track*, respiramos: embora tenhamos nos comprometido com a assinatura de um acordo em 2005, ficávamos com fôlego para respirar...

Antes disto o Itamaraty havia imaginado uma estratégia dilatória. Resolvemos nos aproximar da União Européia. A estratégia parecia boa, inclusive porque aumentaria nosso poder de barganha. Os europeus responderam bem à iniciativa brasileira, mas afinal quem assinou um acordo de preferência comercial recíproca como a União Européia foi o México, enquanto o Brasil continua sem nenhum acordo: nem com a Europa, nem com os Estados Unidos.

Há uns três anos o Brasil afinal tornou clara a razão de sua resistência à ALCA: a indústria brasileira não estaria ainda em condições de competir com a americana. Ou seja, invocou-se o clássico argumento da “indústria infante”.

É este argumento que precisa ser seriamente discutido no Brasil. A indústria brasileira está longe de ser infante, e não desapareceu apesar da violência da valorização cambial entre 1994 e 1998. Com uma taxa de câmbio adequada, flutuante, e com taxas de juros civilizadas, ao invés de artificialmente elevadas, não acredito que a indústria brasileira deixe de sobreviver. Pelo contrário, entendo que boa parte dela prosperará, como prosperou no México: o emprego na indústria mexicana vem crescendo nos últimos quatro anos à taxa de 3 por cento ao ano.

Minha posição sobre a ALCA parte de uma convicção mais geral: a de que hoje, ao contrário do que acontecia há 40 ou 50 anos, o interesse nacional do Brasil está em abrir os mercados internacionais de mercadorias, enquanto que os países ricos demonstram cada vez mais seu protecionismo. A política da Europa a respeito é bem conhecida, especialmente em relação à sua agricultura. A embaixada brasileira em Washington mostrou recentemente como as tarifas médias cobradas pelos Estados Unidos nos 15 maiores produtos exportados pelo Brasil é três vezes maior do que a correspondente tarifa cobrada pelo Brasil nos 15 maiores produtos exportados pelos Estados Unidos. Por outro lado, uma pesquisa nacional de opinião pública realizada recentemente pela Gallup para a *CNN* e o *USA Today* revelou que enquanto 78 por cento dos americanos sentem-se entusiasmados ou esperançosos com a “nova economia”, 45 por cento afirmaram que o livre comércio é prejudicial para os Estados Unidos “porque custa empregos”, contra 43 por cento a favor.

Posso estar equivocado, mas não há dúvida de que é necessário começar a discutir seriamente o problema. Enquanto ficamos encostados no nosso canto, os

mexicanos progridem, e demonstram seu interesse em dificultar o surgimento da ALCA. “Esperem mais algum tempo”, me disse um excelente economista daquele país, “para que possamos consolidar a nossa posição”. Tenho a maior simpatia pelos mexicanos, que são nossos irmãos, mas isto não justifica que renunciemos a competir e deixemos de aumentar nossas exportações, quando sabemos que esta é uma condição essencial para a retomada do desenvolvimento brasileiro.